

# Nota Técnica

Número 249  
04 de janeiro de 2021

## **Salário mínimo em 2021 será de R\$ 1.100,00**



## Salário mínimo em 2021 será de R\$ 1.100,00

A partir de 1º de janeiro de 2021, o salário mínimo (SM) oficial no Brasil passa a ser de R\$ 1.100,00, conforme Medida Provisória número 1.021, de 30 de dezembro, editada pela presidência da República. O valor resulta do acréscimo de 5,26% sobre os R\$ 1.045,00 em vigor durante 2020. A diferença entre os 5,26% (reajuste aplicado) e os 5,22% (estimativa considerada para a inflação do ano medida pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), refere-se a arredondamento. Os dados consolidados do ano, no entanto, só serão divulgados pelo IBGE em 12 de janeiro.

### O reajuste do salário mínimo desde 2002

Em 2002, o salário mínimo foi estabelecido em R\$ 200,00. Em 2003, foi reajustado em 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%, o que significou aumento real de 1,23%. No ano seguinte, o valor foi reajustado em 8,33%, enquanto o INPC atingiu 7,06%. Em 2005, a correção foi de 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação correspondeu a 3,21% e o reajuste do salário mínimo alcançou 16,67%, ou seja, houve aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, com o INPC de 3,30% entre maio/2006 e março/2007, houve acréscimo de 8,57% ao salário mínimo, o que representou aumento real de 5,1%. Em fevereiro de 2008, o salário mínimo subiu 9,21%, enquanto a inflação acumulada foi de 4,98%, aumento real de 4,03%. Com reajuste para R\$ 465,00, em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real do SM entre 2008 e 2009 foi de 5,79%. Em 2010, passou a valer R\$ 510,00 - aumento real de 6,02% -, resultante da aplicação de 9,68%, diante de inflação anual de 3,45%. Em 2011, mesmo com variação negativa do Produto Interno Bruto de 2009, o piso registrou ganho real de 0,37% e, em 2012, com repasse de 7,5% da alta do PIB de 2010 e arredondamento de valor, foi fixado em R\$ 622,00. Em janeiro de 2013, houve elevação para R\$ 678,00 e, em janeiro de 2014, para R\$ 724,00. Com o reajuste de janeiro de 2015, o valor do salário mínimo foi para R\$ 788,00; e, em 2016, atingiu R\$ 880,00. Em janeiro de 2017, passou a valer R\$ 937,00, acumulando perda, no ano, de 0,10%, considerando-se a taxa anual do INPC, em 2016, de 6,58%. Em janeiro de 2018, com o valor de R\$ 954,00, a perda acumulada em 2017 e 2018 foi de 0,34%, conforme pode ser visto na Tabela 1 e Gráficos 1 e 2. Em 2019, valendo R\$ 998,00, o salário mínimo apresentou ganho de 1,14%, porém, em 2020, seu valor praticamente não foi alterado.

Agora, a previsão para 2021 sinaliza a repetição do ocorrido no ano anterior: o salário mínimo não terá aumento real, somente acompanhará a inflação medida pelo INPC.

**TABELA 1**  
**Reajuste do Salário Mínimo 2003-2021**

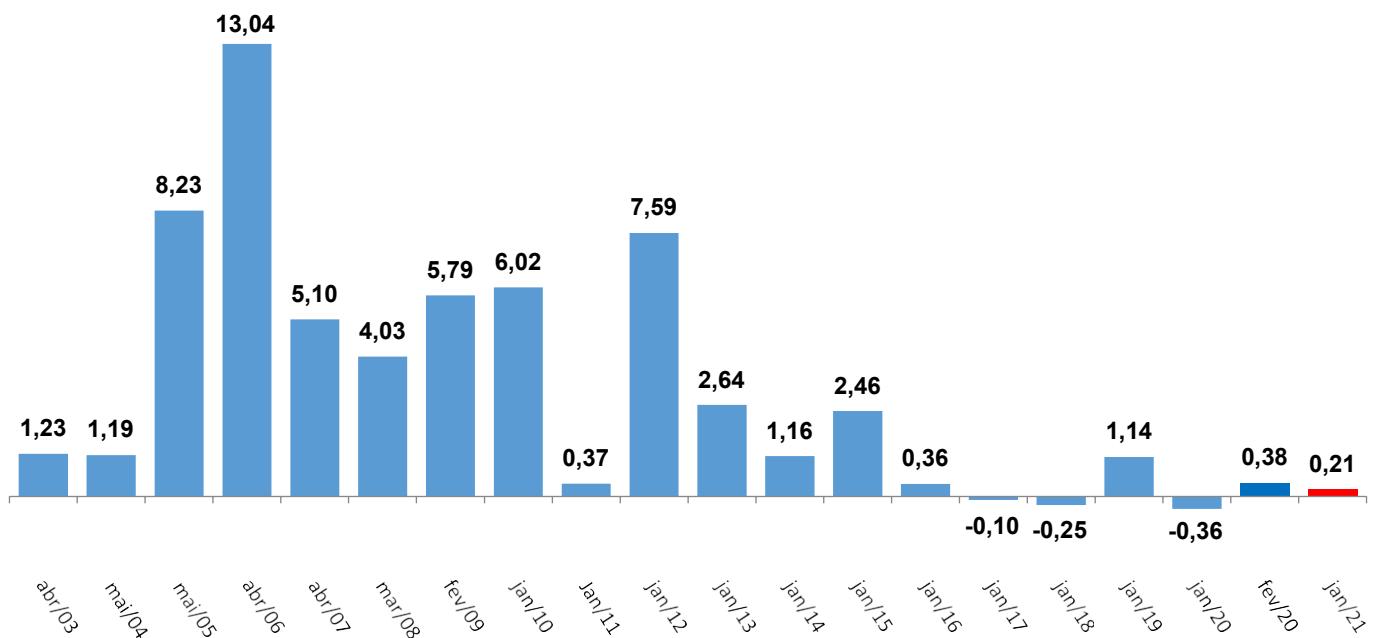
Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
abr/02	200,00			
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
jan/18	954,00	1,81	2,07	-0,25
jan/19	998,00	4,61	3,43	1,14
jan/20	1.039,00	4,11	4,48	-0,36
fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,38
jan/21	1.100,00	5,26	5,04 <sup>1</sup>	0,21
<b>Total período</b>	<b>-</b>	<b>450,0</b>	<b>207,3</b>	<b>79,0</b>

Fonte: IBGE; DIEESE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Estimativa

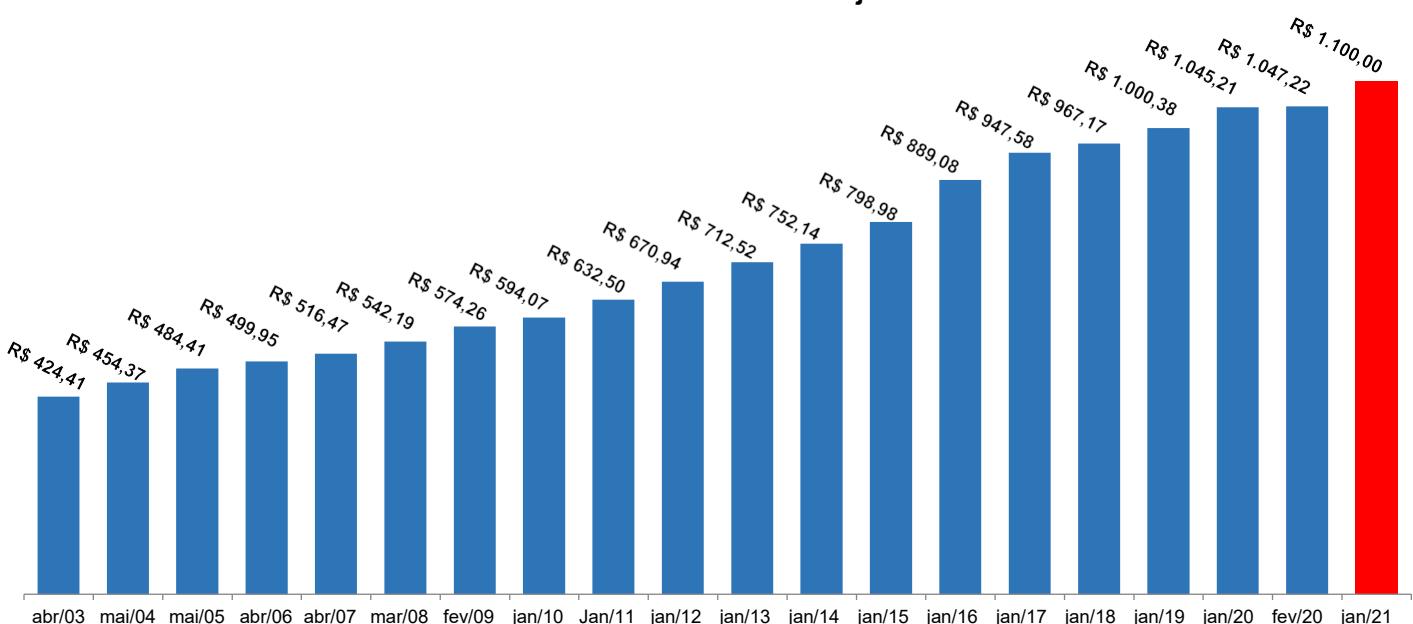
**GRÁFICO 1**  
Aumentos reais no salário mínimo em %  
2003-2021



Elaboração: DIEESE

Obs.: Estimativa para janeiro de 2021

**GRÁFICO 2**  
Salário Mínimo em valores constantes de janeiro/2021<sup>(1)</sup>



Elaboração: DIEESE

Obs: Estimativa

Salário mínimo será de R\$ 1.100,00 em 2021

## Impactos da elevação do salário mínimo na economia

Estima-se que:

- **50 milhões de pessoas** têm rendimento referenciado no salário mínimo.
- **R\$ 38,2 bilhões** representam o incremento de renda na economia.
- **R\$ 20,6 bilhões** correspondem ao aumento na arrecadação tributária sobre o consumo.

**TABELA 2**  
**Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 55,00**

<b>Tipo</b>	<b>Número de Pessoas (mil)</b>	<b>Valor Adicional da Renda Anual - R\$ (2)</b>	<b>Arrecadação Tributária Adicional R\$ (3)</b>
Beneficiários do INSS (1)	24.180	18.618.302.780	10.035.265.198
Empregados	12.092	9.310.661.897	5.018.446.762
Conta-própria	10.490	7.500.324.776	4.042.675.054
Trabalhadores Domésticos	3.295	2.536.898.811	1.367.388.459
Empregadores	285	187.991.895	101.327.632
<b>Total</b>	<b>50.341</b>	<b>38.154.180.159</b>	<b>20.565.103.106</b>

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social outubro de 2018

Nota:(1) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo; (2) considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos; (3) considerando tributação média sobre consumo de 53,9 %. Este valor é indicado na publicação Ipea, Comunicado da Presidência nº 22, de 30/06/2009, como a carga incidente sobre a renda familiar até 2 SM

## Importância do salário mínimo nas administrações públicas

No setor público, o número de servidores que ganha até um salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas municipais, a participação dos servidores que recebem até 1 SM é maior, especialmente na região Nordeste (Tabela 3). Quando se observa o impacto do aumento de 5,26% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

**TABELA 6**  
**Brasil e Grandes Regiões**  
**Emprego no Setor Público por Faixa de Remuneração**

(em %)

Região	Serviço Público Federal			
	Até R\$ 1.045,00	De 1.045,00 a R\$ 1.100	Mais de R\$ 1.100	Total (1)
Norte	0,50	0,07	92,87	100,00
Nordeste	1,04	0,38	92,57	100,00
Sudeste	0,78	0,58	93,77	100,00
Sul	0,48	0,59	94,98	100,00
Centro-Oeste	1,58	0,35	92,79	100,00
<b>Total</b>	<b>0,97</b>	<b>0,43</b>	<b>286,99</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor absoluto</b>	<b>9.015</b>	<b>4.043</b>	<b>2.678.697</b>	<b>933.367</b>
Região	Serviço Público Estadual			
	Até R\$ 1.045,00	De 1.045,00 a R\$ 1.100	Mais de R\$ 1.100	Total (*)
Norte	4,43	4,43	92,07	100,00
Nordeste	4,76	4,76	90,45	100,00
Sudeste	4,04	4,04	92,91	100,00
Sul	3,43	3,43	91,72	100,00
Centro-Oeste	2,31	2,31	93,88	100,00
<b>Total</b>	<b>3,96</b>	<b>3,96</b>	<b>92,22</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor absoluto</b>	<b>115.113</b>	<b>115.113</b>	<b>2.678.697</b>	<b>2.904.712</b>
Região	Serviço Público Municipal			
	Até R\$ 1.045,00	De 1.045,00 a R\$ 1.100	Mais de R\$ 1.100	Total (*)
Norte	11,13	3,11	79,17	100,00
Nordeste	15,30	2,88	78,23	100,00
Sudeste	3,88	1,29	90,91	100,00
Sul	1,42	0,46	94,30	100,00
Centro-Oeste	4,83	1,32	83,73	100,00
<b>Total</b>	<b>7,80</b>	<b>1,83</b>	<b>85,85</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor absoluto</b>	<b>438.694</b>	<b>103.055</b>	<b>4.826.451</b>	<b>5.621.857</b>

Fonte: ME. Rais 2019

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os vínculos sem informação de salário

**TABELA 7**  
**Brasil e Grandes Regiões**  
**Impacto do Reajuste do SM para R\$ 1.100,00 na Folha Total**

Região	Serviço Público Federal		
	Até R\$ 1.100,00	De R\$1045,00 a R\$ 1.100,00	Total
Norte	0,01%	0,00%	0,01%
Nordeste	0,02%	0,00%	0,02%
Sudeste	0,01%	0,00%	0,01%
Sul	0,01%	0,00%	0,01%
Centro-Oeste	0,03%	0,00%	0,03%
<b>Total</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,02%</b>
Região	Serviço Público Estadual		
	Até R\$ 1.100,00	De R\$1045,00 a R\$ 1.100,00	Total
Norte	0,13%	0,13%	0,26%
Nordeste	0,16%	0,16%	0,31%
Sudeste	0,32%	0,32%	0,63%
Sul	0,19%	0,19%	0,38%
Centro-Oeste	0,05%	0,05%	0,09%
<b>Total</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,40%</b>
Região	Serviço Público Municipal		
	Até R\$ 1.100,00	De R\$1045,00 a R\$ 1.100,00	Total
Norte	0,56%	0,11%	0,67%
Nordeste	0,90%	0,11%	1,01%
Sudeste	0,17%	0,03%	0,21%
Sul	0,08%	0,01%	0,09%
Centro-Oeste	0,22%	0,04%	0,25%
<b>Total</b>	<b>0,36%</b>	<b>0,05%</b>	<b>0,41%</b>

Fonte: ME. Rais 2019

## Impacto do aumento nas contas da Previdência

- O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a até um salário mínimo é de **46,6%** e corresponde a **67,3%** do total de beneficiários, segundo o Boletim Estatístico da Previdência, de outubro de 2020.
- O acréscimo de cada R\$ 1,00 no salário mínimo tem impacto estimado de **R\$ 314,334 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social.**

- Assim, o impacto do aumento para **R\$ 1.100,00 (R\$ 55,00 a mais)** significará custo adicional ao ano de cerca de **R\$ 17,3 bilhões**.
- Este custo seria mais que compensado pelo aumento da arrecadação tributária, como mostra a Tabela 2.

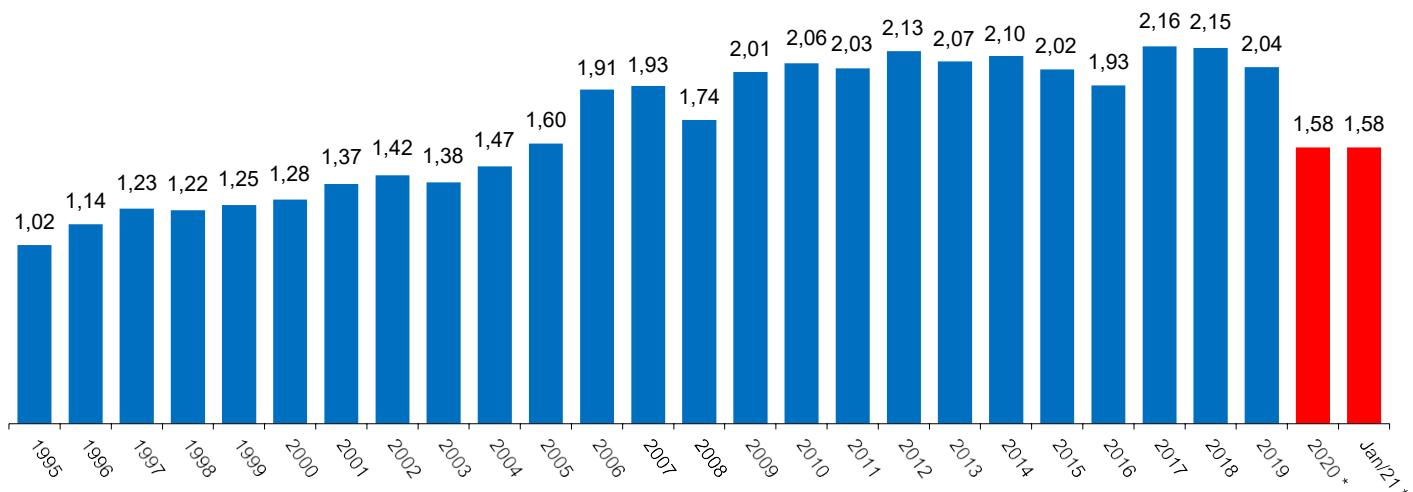
## Relação entre salário mínimo e cesta básica

Tomando como base a cidade de São Paulo, o custo do conjunto dos alimentos essenciais, definidos na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE<sup>1</sup>, é estimado em R\$ 696,71 para janeiro de 2021. Assim, o salário mínimo nacional de R\$ 1.100,00 terá poder de compra equivalente a 1,58 cestas básicas.

Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual e da cesta básica anual, é possível notar que:

- A quantidade de 1,58 cestas básicas é a menor desde 2005.

**GRÁFICO 3**  
**Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo**



Fonte: DIEESE

Nota: (1) Estimativas para dezembro de 2020 e janeiro de 2021

1 A cesta básica é composta por 13 itens alimentícios definidos no Decreto no 399/1938 e é base para o cálculo do valor do salário mínimo necessário para a sobrevivência de um trabalhador e de sua família.

**TABELA 6**  
**Quantidade de cestas básicas adquiridas com**  
**um salário mínimo: Cidade de São Paulo**  
**1995-2021**

<b>Ano</b>	<b>Relação Salário Mínimo/Cesta Básica</b>
1995	<b>1,02</b>
1996	<b>1,14</b>
1997	<b>1,23</b>
1998	<b>1,22</b>
1999	<b>1,25</b>
2000	<b>1,28</b>
2001	<b>1,37</b>
2002	<b>1,42</b>
2003	<b>1,38</b>
2004	<b>1,47</b>
2005	<b>1,60</b>
2006	<b>1,91</b>
2007	<b>1,93</b>
2008	<b>1,74</b>
2009	<b>2,01</b>
2010	<b>2,06</b>
2011	<b>2,03</b>
2012	<b>2,13</b>
2013	<b>2,07</b>
2014	<b>2,10</b>
2015	<b>2,02</b>
2016	<b>1,93</b>
2017	<b>2,16</b>
2018	<b>2,15</b>
2019	<b>2,04</b>
<b>2020 (1)</b>	<b>1,58</b>
<b>Jan/21 (1)</b>	<b>1,58</b>

Fonte: DIEESE  
Nota: (1) Estimativas

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Aurora, 957 – 1º andar  
CEP 05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)  
[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

**Presidente** - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

**Vice-presidente** - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

**Secretário Nacional** - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo** - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretor Executivo** - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretora Executiva** - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva** - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva** - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo** - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

**Diretor Executivo** - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Diretora Executiva** - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

**Direção Técnica**

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

**Equipe técnica**

Ilmar Ferreira Silva

José Silvestre Prado de Oliveira